

A legislação sobre drogas da Holanda é de 1976 e tem como base a diferenciação entre drogas de risco aceitável (maconha e haxixe) daquelas de risco inaceitável para a saúde e para a segurança públicas (cocaína, heroína, anfetaminas e LSD). Quem é pego com até cinco gramas de cannabis sativa, na Holanda, não é punido. Bares e cafés que vendem até cinco gramas de maconha ou haxixe podem ser encontrados em toda parte e dentro desses locais o consumo é tolerado. Mas o país proíbe o cultivo, a posse, o transporte e a comercialização em grandes quantidades de maconha e haxixe e de qualquer quantidade de outras drogas, com penas até 12 anos de prisão.



Estoque de maconha num café em Maastrich. Mischa Rapmund/Reuters

A Holanda trata a questão das drogas como de saúde pública, oferecendo políticas públicas de redução de danos para os que buscam ajuda. As junkiebonds (associações de usuários de droga injetáveis) buscam melhorar as condições de vida dos usuários, evitando o contágio por hepatite B e HIV/Aids, distribuindo agulhas e seringas descartáveis. Ainda assim, a média de consumo de drogas na Holanda é inferior à do restante do continente e o percentual de pessoas que usam drogas injetáveis é o menor entre os 15 países da União Europeia. O número de usuários de heroína diminuiu significativamente (de 28 a 30 mil em 2001 para 18 mil em 2008) e a média de idade dos usuários vem aumentando



Em Portugal, a Lei nº30/2000 aprovada em 29/11/2001 tornou o uso e a posse de todas as drogas uma contravenção com carácter social e não criminal. Até 2001, o consumo ou posse de drogas no país poderia levar a uma pena de até um ano na prisão ou a uma multa. Hoje se alguém é pego com até 10 doses de uma droga para consumo pessoal e não há suspeita de tráfico, a droga é apreendida e o caso é repassado para uma Comissão de Dissuasão da Toxicod dependência (CDT). Composta por uma equipe multidisciplinar que inclui profissionais de saúde, de serviço social e de direito, a equipe avalia o usuário e determina se ele deve ser encaminhado a um tratamento contra dependência.

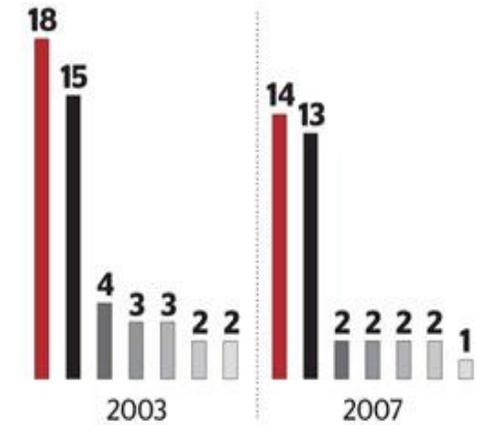
A liberação e o uso moderado

Quanto o consumo de drogas caiu após a descriminalização em Portugal

Número de acusados por porte ou por tráfico de drogas

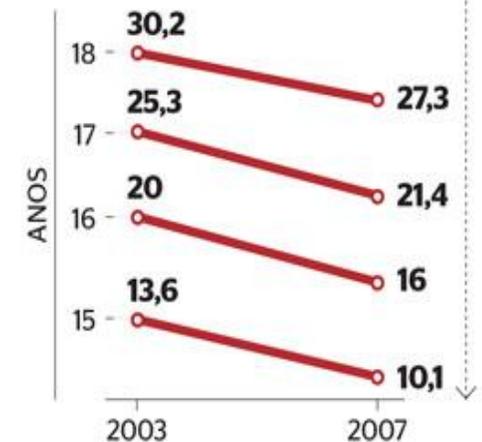


Consumo por tipo de droga entre jovens de 16 anos - em %



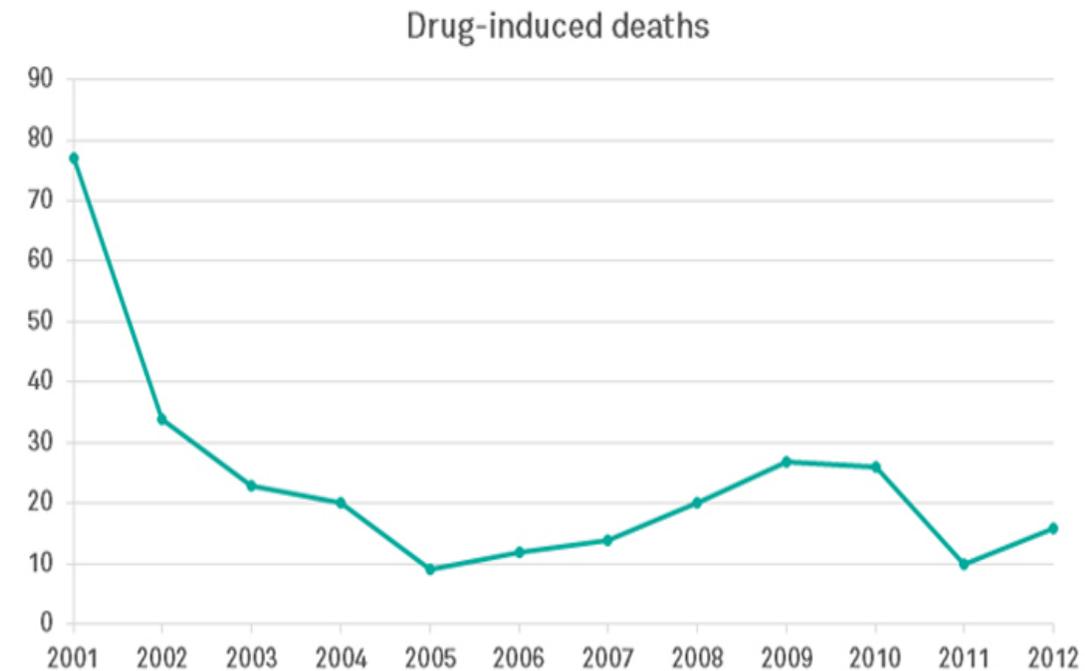
Consumo de qualquer droga entre jovens de 15 a 18 anos

Entre os adolescentes, a queda no número de usuários se deu de modo uniforme ao longo de quatro anos



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência de Portugal

Desde a descriminalização, houve um grande aumento do número de dependentes de drogas em tratamento em Portugal, além de ter sido constatada diminuição do número de mortes relacionadas às drogas. Ademais, as infecções por HIV em dependentes passaram de 907, em 2000, para 267, em 2008. Estudos nacionais também sugerem que o uso de drogas na população portuguesa pode estar em declínio desde 2007, segundo o Centro Europeu de Monitoramento para Drogas e Dependência de Droga: se em 2007 a prevalência de adultos que já tinham usado droga alguma vez na vida era de 12%, em 2012, essa porcentagem caiu para 9,5%. Entre jovens adultos, a prevalência caiu de 17,4% para 14,5% no mesmo período.



Em 2013 o Uruguai iniciou um processo político para regularizar a produção e venda de maconha. Usuários devem ter mais de 18 anos, ser uruguaios ou residir permanentemente no país e se registrar junto ao governo para adquirir ou produzir a droga legalmente. Cada produtor individual pode plantar até 6 pés de maconha voltados para consumo próprio e não para comércio. Usuários também podem ter acesso às plantas por meio de clubes de cultivo com entre 15 e 45 membros, ou comprando-o em farmácias específicas, abastecidas pela produção do Estado uruguaio. Os clubes de maconha foram liberados em 2014. Já a venda em farmácias, mais popular, passou a ocorrer em julho de 2017.



Até 2018, segundo dados oficiais, a regulamentação da venda da maconha teria reduzido o mercado negro da droga em 25%, além de garantir a qualidade do produto aos usuários regulares registrados. O governo calcula que o mercado de consumo de maconha movimentasse US\$ 40 milhões (R\$ 164 milhões) ao ano, dos quais nos cinco anos desde a aprovação da Lei da Maconha, US\$ 10 milhões teriam passado ao setor legal da economia. Já havia em 2018 35 mil usuários registrados para consumir a droga pelos clubes de cultivo ou farmácias. Mas há um lado negativo: a diminuição do número de compradores que antes recorriam a traficantes fez com que estes passassem a disputar com mais violência o espaço reduzido para atuação.



Fonte : UNODC
Anos : 2015
Criação : Actualitix.com - Todos os direitos reservados



Em 06/2018 foi aprovada a legalização do uso recreativo da maconha no Canadá, onde desde 2001 o uso da maconha era autorizado no Canadá para fins medicinais. De acordo com a lei canadense, é possível comprar maconha de produtores licenciados na internet e também em lojas especializadas na venda no varejo. É permitido o porte de até 30 gramas por pessoa e o cultivo de quatro plantas em casa. Enquanto o Uruguai restringe a venda apenas aos residentes, no Canadá a compra será aberta a qualquer um maior de 18 ou 19 anos, dependendo da cidade. Quem vender maconha para menor de idade pode ser condenado a até 14 anos de prisão.



Apenas três dos 50 estados dos EUA proíbem o uso de maconha, seja para fins recreativos, seja para fins medicinais: são eles Idaho, Nebraska e Dakota do Sul. Em 2019 Illinois se tornou o 11º estado a legalizar o uso recreativo (além do medicinal) da maconha, somando-se a Alasca, Califórnia, Colorado, Maine, Massachusetts, Michigan, Nevada, Oregon, Vermont e Washington, bem como no Distrito de Colúmbia, nas Ilhas Marianas do Norte e em Guam. Entre os 39 estados que não aprovaram o uso da maconha para uso recreativo, 15 descriminalizaram o uso pessoal.



No Brasil, segundo a Lei 11.343 de 2006, para definir se o preso é um usuário de drogas ou um traficante, o juiz levará em conta a quantidade apreendida, o local, condições em que se desenvolveu a ação, circunstâncias sociais e pessoais, além da existência ou não de antecedentes. Essa mesma interpretação é feita pelo policial, quando prende, e pelo promotor, quando denuncia. O porte para consumo próprio é crime, mas as penas são advertência, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa. O sujeito é detido, assina um termo circunstanciado, e é liberado para responder em liberdade. Já a pena para o tráfico vai de 5 a 15 anos, enquanto na lei anterior ia de 3 a 15 anos.

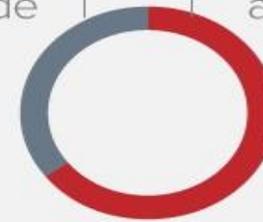
Flagrantes de tráfico de drogas em SP

Defensoria Pública estudou prisões na cidade de SP

Quantidade de droga apreendida

33,83%
mais de 100g

62,13%
até 100g

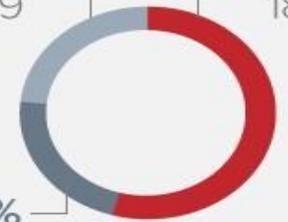


Perfil do apreendido

22,91%
30 a 49
anos

53,82%
18 a 24
anos

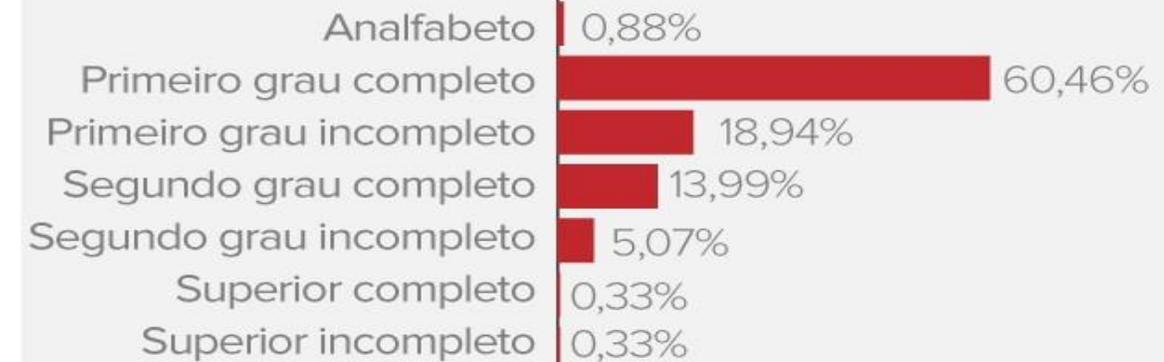
21,82%
25 a 29
anos



Cor



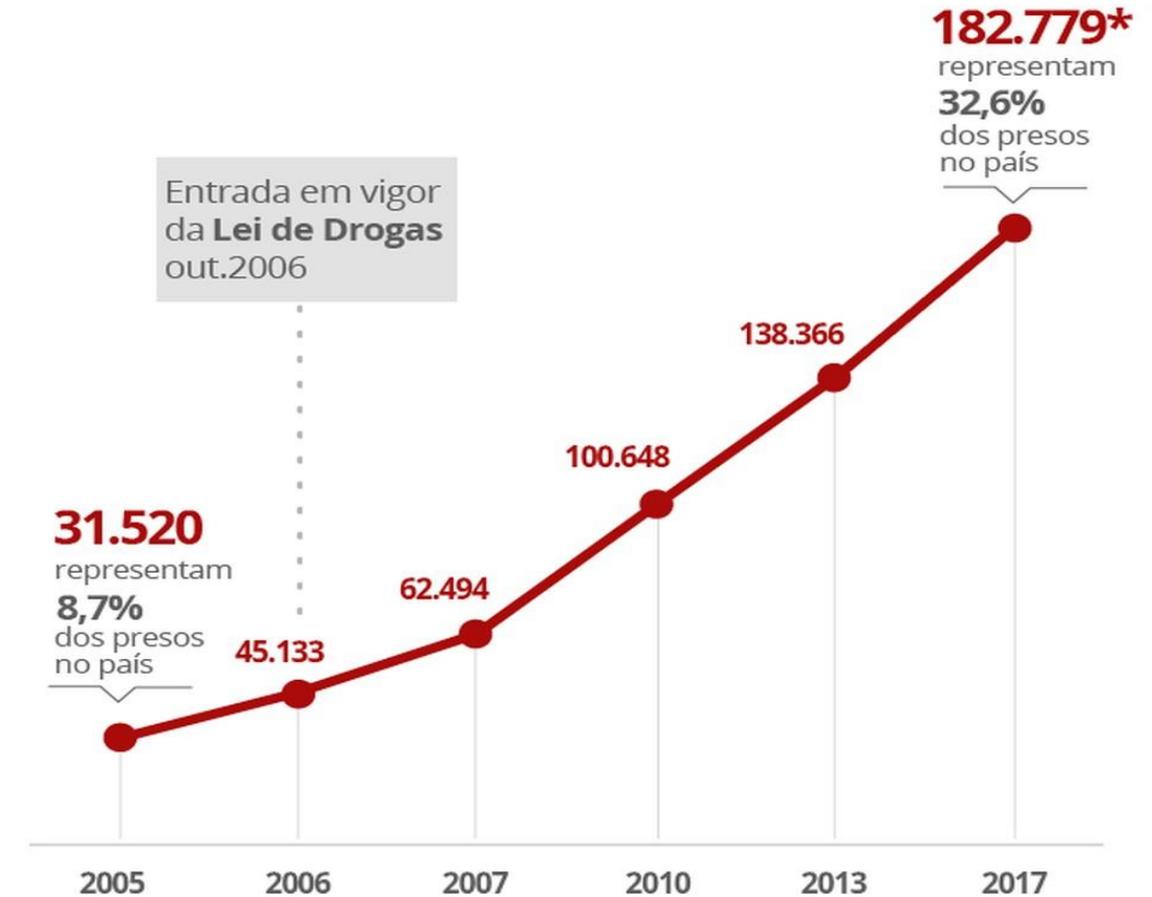
Escolaridade



A mudança na lei em 2006 tinha o objetivo de abrandar o tratamento penal dado ao usuário, mas na prática teve um efeito inverso devido ao caráter subjetivo da distinção entre porte e tráfico. Em 2006, quando a Lei 11.343 começou a valer, eram 31.520 presos por tráfico nos presídios brasileiros. Em junho de 2017, esse número passou para 182.779. Isso significa que aproximadamente um em cada três pessoas presas no Brasil responde por tráfico de drogas. O boom de presos por tráfico ajuda a explicar a superlotação dos presídios no país. Havia em 2017 cerca de 668,2 mil presos para 394,8 mil vagas no país.

Presos por tráfico de drogas

Lei faz número aumentar em mais de uma década



* Sem dados de AL, BA, PE, PI e RJ

Fonte: Infopen, governos estaduais e tribunais de Justiça



Infográfico elaborado em: 02/02/2017